

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 2 | 2019

*Poder, incerteza e heurísticas:
contribuições da psicologia cognitiva
para o estudo da tomada de decisões
nas Relações Internacionais*

Bruno Maciel Santos

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA), EBSCO Publishing e Latindex

PODER, INCERTEZA E HEURÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA COGNITIVA PARA O ESTUDO DA TOMADA DE DECISÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Bruno Maciel Santos²

Resumo: A falta de consenso sobre uma definição de poder e sobre como lidar com a incerteza nas Relações Internacionais são problemas antigos nessa disciplina. Este artigo apresenta algumas contribuições da psicologia cognitiva relacionadas ao uso de heurísticas decisórias para as discussões acerca do conceito de poder e relacionadas à incerteza no campo das Relações Internacionais. Para tanto, realiza-se uma revisão das visões divergentes acerca do conceito do poder e da incerteza entre os três paradigmas mais influentes nas Relações Internacionais, apresentando como cada um deles define esses dois conceitos e quais as implicações teóricas dessas visões. Apesar de várias definições operacionais, é possível que o conceito formal de poder apresentado por Dahl (1957) seja utilizado como referência para as quatro faces do poder apresentadas. No entanto, essa definição implica necessariamente algum grau de incerteza nas relações de poder, relacionadas à informação, seja pela sua disponibilidade, pela sua confiabilidade, pela ambiguidade ou pela sua subjetividade. Sendo assim, apresenta-se as heurísticas decisórias como forma de lidar com a tomada de decisão em situações de incerteza envolvendo relações de poder, a partir de uma racionalidade circunscrita e ecológica. Essa abordagem é uma, dentre várias possíveis, e não busca impor termos absolutos para a discussão, nem negar as várias contribuições teóricas feitas pelas demais abordagens discutidas, mas sim destacar alguns pontos negligenciados e apresentar novas possibilidades de análise no campo das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Poder; Incerteza; Tomada de Decisão; Racionalidade Circunscrita; Teorias de RI.

POWER, UNCERTAINTY AND HEURISTICS: CONTRIBUTIONS FROM COGNITIVE PSYCHOLOGY TO THE STUDY OF DECISION-MAKING IN INTERNATIONAL RELATIONS

¹ Este artigo foi elaborado com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, a quem o autor agradece.

² Doutorando em Relações Internacionais pela PUC-Minas. Email: macielsantos@gmail.com

Abstract: The lack of agreement about a definition of power and how to deal with uncertainty in the International Relations are long known problems of the discipline. This article presents some contributions from cognitive psychology related to the use of decision heuristics to the discussions about the concept of power and related to uncertainty in the field of International Relations. For this, it revises the different visions about the concept of power and uncertainty among the three most influential paradigms in International Relations, presenting how each one of them defines these two concepts and what are the theoretical implications for these visions. Despite the many operational definitions, it is possible that the formal concept provided by Dahl (1957) be taken as a reference for the four faces of power presented here. Nonetheless, this definition necessarily embeds some degree of uncertainty in power relations as a matter of information, be it because of its availability, its reliability, its ambiguity or its subjectivity. In this sense, decision heuristics are presented as a way to deal with decision-making under uncertainty related to power relationships, from a bounded and ecological rationality perspective. This approach is just one, among many, and does not seek to impose absolute terms to the discussion, nor denies the many theoretical contributions made by the other approaches discussed here, but points out new possibilities for analysis and shed light to neglected terms for debate in the field of International Relations.

Keywords: Power; Uncertainty; Decision-Making; Bounded Rationality; International Relations Theories.

I. INTRODUÇÃO

Ainda hoje, há um grande debate no campo das Relações Internacionais relacionado à definição e operacionalização do conceito de poder (Barnett e Duvall, 2005a e 2005b; Berenskoetter, 2007: 1; Van Ham, 2010; Guzzini, 2013; Baldwin, 2016; Katzenstein e Seybert, 2018: 80). Apesar dessa centralidade, muitos estudiosos caracterizam o conceito de poder como sendo “essencialmente contestado” (Lukes, 2006: 14), apontando para a enorme diversidade de definições para o termo “poder”. Essas discussões sobre a centralidade do poder para o estudo das relações internacionais e sobre suas conceituações partem de debates originários da primeira metade do século XX nas Ciências Sociais, que persistem, ainda sem apresentar uma definição consensual (por exemplo Weber, 2004 [1922]; Russell, 2004 [1938]; Lasswell e Kaplan, 1998 [1950]; Simon, 1953; Dahl, 1957; Bachrach e Baratz 2011 [1962]; Lukes, [1974] 2006; Digeser, 1992; Hayward, 2000).

Uma das definições mais utilizadas do conceito de poder, desenvolvida nessa época, é dada por Dahl (1957: 202-203): “A tem poder sobre B na medida em que ele [A] consegue fazer com que B faça alguma coisa que em outro caso não faria”³. Ao oferecer essa definição, o próprio Dahl (1957: 202) destaca que ela é apenas uma definição formal do conceito, em que busca agregar as noções intuitivas a respeito do que é poder, defendendo a produção de “teorias de escopo limitado, cada uma empregando uma definição de poder que seja útil no contexto de sua pesquisa ou teoria mas diferente das definições de outros estudos, em aspectos relevantes”.

Assim como os debates paradigmáticos nas Relações Internacionais e aqueles em torno das definições do conceito de poder, nas teorias de tomada de decisão observa-se um grande debate entre as teorias normativas – aquelas que buscam estabelecer como deve-se decidir, e as teorias descritivas – aquelas que buscam identificar como as decisões são de fato tomadas (Peterson, 2009). As primeiras partem de pressupostos de uma racionalidade ótima, baseadas na maximização de utilidade, valor ou ganho, enquanto as segundas partem de pressupostos de uma racionalidade circunscrita (*bounded*), onde existem limitações reais à capacidade de obtenção, processamento e análise de informações, operando em uma lógica de satisfação de objetivos, critérios, parâmetros (Simon, 1955; Gigerenzer, 2004; 2015; Klein, 1998). Essas teorias descritivas têm ganhado crescente aceitação entre pesquisadores das Relações Internacionais, através de abordagens do problema da tomada de decisão em política externa (McDermott, 1998; Levy, 1997; Steinbruner, 2002; Tetlock, 1999; Walker, Malici e Schafer,

³ Todas as citações de bibliografia em língua estrangeira neste artigo foram traduzidas por este autor.

2011; Mintz, 2007). No entanto, a maioria delas foca nos aspectos negativos e limitadores da racionalidade circunscrita (muitas vezes, traduzida equivocadamente como racionalidade limitada) que, segundo tais autores, conduziria os decisores sempre a resultados ruins ou subótimos.

Além de pressupostos de racionalidade diferentes, também é possível encontrar uma grande diferenciação de visões sobre a incerteza, de um modo geral. A tomada de decisões em situações de incerteza é bastante diferente quando se conhece a probabilidade de ocorrência dos resultados de quando não se sabe ou não é possível saber a probabilidade de ocorrência dos resultados associados a um determinado curso de ação (Peterson, 2009). No entanto, quando a discussão é transposta para o campo das Relações Internacionais, alguns autores tratam tais situações indistintamente, enquanto outros propõem várias definições e entendimentos diferentes sobre o que significam risco, ignorância, ambiguidade e incerteza (Katzenstein e Seybert, 2018; Rathbun, 2007; Best, 2008). Neste trabalho assume-se que a incerteza pode envolver situações de risco (quando se conhecem as probabilidades relacionadas aos resultados associados a determinados cursos de ação) assim como situações de ignorância (quando não se conhecem as probabilidades relacionadas aos resultados associados a determinados cursos de ação). E que a informação nesse tipo de situação sempre terá algum grau de ambiguidade, e portanto, estará sujeita à interpretação pelos atores envolvidos na tomada de decisão.

Neste estudo, busca-se, dar mais clareza ao debate sobre exercício de poder e tomada de decisão em política externa em situações de incerteza. Dessa forma, pode-se perguntar qual é a relação entre essas três coisas: poder, tomada de decisão e incerteza? O exercício e as relações de poder, em muitos casos, envolvem decisões tomada por indivíduos, grupos ou organizações. Ao tomar essas decisões, os indivíduos nem sempre conseguem calcular a probabilidade de sucesso da sua tentativa de exercer poder sobre o outro. No entanto, isso não os leva à imobilização – os atores continuam a tomar decisões envolvendo poder apesar da incerteza. Mas diferentes visões acerca da incerteza vão informar diferentes reações a esse problema que impactarão diretamente na tomada de decisão envolvendo relações de poder. Partindo dessas observações, discute-se na seção seguinte, através de uma revisão bibliográfica, a evolução do conceito de poder na Ciência Política e, em seguida, sua relação com as três principais correntes teóricas das Relações Internacionais: neorealistas, institucionalistas neoliberais e construtivistas. Essas três correntes teóricas foram selecionadas entre muitas outras possíveis (pós-estruturalismo, feminismo, escola inglesa, etc.) apenas para exemplificar como a evolução das definições de poder oriundas da Ciência Política pautaram as discussões acerca desse conceito no campo das Relações Internacionais e como diferentes visões sobre os

conceitos de poder e incerteza influenciam sua forma de explicar e compreender o comportamento dos Estados no ambiente internacional.

Em seguida, também recorrendo à bibliografia existente, discute-se como essas três abordagens incorporam o problema da incerteza em seus respectivos quadros teóricos e quais as implicações para cada teoria discutida. Ainda, apresenta-se algumas contribuições da psicologia cognitiva relacionadas à utilização de heurísticas para lidar com a questão da incerteza e a tomada de decisão em relações de poder, abordando essa questão a partir de noções de racionalidade circunscrita. Por fim, analisam-se as implicações dessas contribuições para o processo de tomada de decisão em política externa envolvendo poder. Não se trata de propor novos conceitos com base nas discussões já existentes e debatidas quase à exaustão, senão de buscar, entre as já existentes, contribuições que permitam conciliar definições operacionais de poder e incerteza e aprofundar a compreensão de problemas teóricos e práticos relacionados à tomada de decisões envolvendo poder.

II. O CONCEITO DE PODER

Os primeiros estudos modernos e sistematizados dedicados a uma definição científica de poder vieram com Lasswell e Kaplan (1950), Simon (1953) e Dahl (1957). O ponto de partida conceitual é proposto por Dahl (1957: 202-203): “A tem poder sobre B na medida em que ele [A] consegue fazer com que B faça alguma coisa que em outro caso não faria”. Ao oferecer essa definição, Dahl (1957, p. 202) destaca que ela é apenas uma definição formal do conceito, em que busca agregar as noções intuitivas a respeito do que é poder, defendendo a produção de “teorias de escopo limitado, cada uma empregando uma definição de poder que seja útil no contexto de sua pesquisa ou teoria mas diferente das definições de outros estudos, em aspectos relevantes”. Essas definições operacionais, portanto, seriam elaboradas a partir da definição formal proposta por ele, com propósitos específicos.

Acompanhados dessa definição formal, Dahl (1957: 205-206) aponta cinco fatores a serem observados de forma a possibilitar a comparação entre o poder de dois agentes: (i) a base do poder; (ii) os meios para o emprego dessa base; (iii) o escopo do poder; (iv) o número de pessoas que respondem a esse poder; (v) mudanças nas probabilidades das ações dos respondentes. Os dois primeiros estão relacionados ao ator que exerce poder, enquanto os três últimos, às respostas diante desse poder. Para que se possam estabelecer comparações entre o poder de dois ou mais atores, o foco deveria ser não nas ações de A, mas nas respostas de B (Dahl, 1957: 206). Esse caráter relacional do poder é destacado por vários autores nas Relações

Internacionais (Baldwin, 2016; Barnett e Duvall, 2005; Guzzini, 2013), colocando concepções puramente materiais de poder, baseadas apenas nos atributos dos atores e em suas capacidades nacionais, como bastante problemáticas já que mesmo essas bases materiais (recursos de poder) são relacionais, e apenas fazem sentido num contexto específico (escopo e domínio definidos), não havendo uma hierarquia *a priori* entre as diversas formas de poder (Lasswell e Kaplan, 1998: 87-94; Baldwin, 2016: 52-53). Dessa forma, “enquanto não se nega a importância de suas bases ou seus meios, teóricos do poder insistem que o poder é fundamentado nos relacionamentos entre atores em vez de seus atributos” (Katzenstein e Seybert, 2018: 81).

Apesar de concordarem com o conceito proposto por Dahl (1957), outros autores o viram como apenas uma de várias “faces”⁴ ou “visões” do que de fato é poder. Os primeiros a apresentarem uma segunda face do poder foram Bachrach e Baratz (2011: 151):

É claro que o poder é exercido quando A participa da tomada de decisões que afeta B. Mas o poder também é exercido quando A devota suas energias na criação ou no reforço de valores sociais e políticos e de práticas institucionais que limitam o escopo do processo político submetido à consideração pública de apenas aqueles temas que são comparativamente inócuos para A. Na medida em que A obtém sucesso em fazer isso, impede-se que B, para todos os propósitos práticos, leve a público quaisquer temas que possam em sua decisão ser seriamente prejudiciais para o conjunto de preferências de A. (BACHRACH; BARATZ, 2011: 151)

Essa segunda face, portanto, incorpora o não-fazer, a não-decisão, o controle da agenda política, o aspecto institucional do exercício de poder através do estabelecimento de práticas, valores, regras, procedimentos, crenças que, num certo contexto, limitam e direcionam o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, através da “mobilização de vieses” em seu favor, A consegue fazer com que B deixe de fazer algo que em outro caso faria (Bachrach e Baratz, 2011).

Uma terceira face ou dimensão do poder, proposta por Lukes (2006), diz respeito à questão da dominação. Em suas palavras, a terceira dimensão é relacionada ao esforço para “assegurar o consentimento à dominação de sujeitos dotados de vontade [*willing subjects*]” (Lukes, 2006: 109). A capacidade de “assegurar a obediência à dominação” (Lukes, 2006: 109) é, portanto, o ponto fundamental para essa abordagem. A forma como os detentores de poder asseguram a obediência dos dominados pode ser explicada através da imposição de

⁴ O termo “faces” foi utilizado por Bachrach e Baratz (2011) para ilustrar o fato de que o poder é algo vinculado aos agentes e tem duas dimensões, dois aspectos ou dois lados, como os dois lados de uma moeda. Hayward (2000) se opõe ao termo ao negar que o poder é distribuído entre agentes, operando impessoalmente, não possuindo faces (*de-faced power*). Por outro lado, Lukes (2006), ao propor uma terceira face, parece trazer uma conotação tridimensional ao termo, como se o poder fosse um objeto geométrico tridimensional com várias faces, cada uma ficando mais evidente a depender do ângulo a partir do qual se observa o objeto.

constrangimentos aos desejos, propósitos e interesses dos dominados, evitando mesmo sua formulação e concepção, restringindo sua liberdade inclusive sem que o dominado se dê conta. A prevenção do surgimento de conflitos de interesse, nesse sentido, é a forma mais efetiva de utilização do poder (Lukes, 2006: 24-27). Assim, “a dominação ocorre quando o poder de alguns afeta os interesses de outros ao restringir suas capacidades para o funcionamento humano de fato” (Lukes, 2006: 118).

Alguns autores classificam essas três faces (ou dimensões ou visões) do poder como comportamental, institucional e estrutural, respectivamente (Barnett e Duvall, 2005; Katzenstein e Seybert, 2018). No entanto, todas têm em comum o fato de que um ator A busca exercer influência, dominação, controle sobre as ações (ou inações) de B, restringindo sua liberdade e suas possibilidades de ação, seja através de “competições pluralísticas (Dahl, 1957), alternativas limitadas (Bachrach e Baratz, 1962; 1963), da delimitação estrutural do que é considerado desejável ou normal (Bially-Mattern, 2005; Lukes, 2006a; 2006b), ou de traços ou práticas persuasivas e admiráveis (Nye, 2011)” (Katzenstein e Seybert, 2018: 85). Além disso, Baldwin (2016: 21, nota de rodapé 13) destaca que “o conceito causal de poder de Dahl pode subsumir as três faces”, o que “não implica que elas são ‘abstrações inúteis’”, mas sim “meios de tornar uma abstração (o conceito de poder) mais concreta – e portanto sendo mais precisamente descritas como ‘concretizações’”.

Uma quarta face do poder é descrita por Digeser (1992) com base nos escritos de Foucault, ampliando a compreensão do que Katzenstein e Seybert (2018) chamam de “poder de controle”. Enquanto as primeiras três faces tomam os atores presentes na relação de poder como dados, esta quarta perspectiva “postula que a subjetividade e a individualidade não é biologicamente dada. Sujeitos são compreendidos como construções sociais, cuja formação pode ser historicamente descrita” (Digeser, 1992: 980). De acordo com essa visão, devido ao fato de que “autonomia pressupõe certas capacidades que já nos individualizam, é mais provável que Foucault esteja argumentando que a formação de sujeitos se refere à concessão ou retirada de agência, ou seja, à habilidade de ter desejos, formar objetivos e agir livremente” (Digeser, 1992: 980). A construção social dos sujeitos ocorre através de práticas e discursos presentes em relações sociais difusas que criam categorias de classificação e mecanismos de disciplina cotidianos (Barnett e Duvall, 2005; Digeser, 1992). Sob essa perspectiva, o poder não é exercido intencionalmente e não depende de interesses objetivos, estando sempre presente em relações humanas (Digeser, 1992: 984), estabelecendo “redes de fronteiras sociais que delimitam, para todos, os campos de possibilidade de ações” (Hayward, 2000: 27).

Esse debate sobre as faces do poder é incorporado, implícita e explicitamente, literalmente ou com algumas adaptações, no campo das Relações Internacionais pelas várias teorias de política internacional, seja através da negação das perspectivas apresentadas (como no caso dos neorealistas), seja através de sua utilização como fundamento teórico, como se pode ver a seguir.

III. PODER E AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como aponta Baldwin (2016: 129), “poder é o calcanhar de Aquiles conceitual da teoria realista”. Segundo ele, tanto Morgenthau (2003 [1948]), quanto Waltz (1979) e Mearsheimer (2001) rejeitam explicitamente o conceito relacional de poder, e no entanto, não chegam a um consenso sobre um conceito substituto. Waltz (1979: 191) afirma que “nós somos enganados pela definição americana pragmaticamente formada e tecnologicamente influenciada de poder – uma definição que equaciona poder com controle. Poder é então mensurado pela habilidade de fazer com que outras pessoas façam aquilo que queremos que elas façam quando do contrário elas não o fariam (cf. Dahl, 1957)”. Isso é problemático para ele porque, dessa maneira, seria necessário apenas poder para conseguir aquilo que se deseja, e “isso é obviamente falso” (Waltz, 1979: 191). Mearsheimer (2001: 57) também critica a definição de Dahl (1957) já que, “de acordo com essa lógica, poder existe apenas quando um Estado exerce controle ou influência, e portanto pode ser medido apenas após o resultado ser determinado”. Dessa forma, ele propõe que poder “representa nada mais que recursos materiais ou ativos específicos que estão à disposição do Estado” (Mearsheimer, 2001: 57). A medida de poder é dada, portanto, através da distribuição das capacidades militares; ter poder torna-se sinônimo de estar seguro, e análises de poder tornam-se análises de segurança⁵ (Berenskoetter, 2007: 6).

O principal problema com essa abordagem se deve à dificuldade de agregar as bases materiais do poder em uma unidade universal de medida. Como destaca Guzzini (2013: 3), “ao assumir uma medida singular de poder, as teorias de balança de poder aplicaram o que Robert Dahl repetidamente chama de falácia do ‘nódulo de poder’ (*lump of power*)”. O poder, nesse sentido, é infungível, ou seja, é impossível estabelecer quanto um milhão de pessoas vale em comparação a um porta-aviões em termos de poder (Guzzini, 2013: 4). Se o poder não pode ser medido, devido a sua falta de fungibilidade, fica difícil saber quando ele está balanceado ou

⁵ O caráter relacional do poder e dos recursos materiais e imateriais que podem ser utilizados como base de poder não impede análises no campo da segurança internacional a partir de seus pressupostos, como em Buzan, Wæver e de Wilde (1998), por exemplo.

maximizado (Guzzini, 2013: 5), caracterizando uma situação de incerteza constante. Esse posicionamento também é problemático porque equaciona os recursos de poder com o próprio poder, sendo que os próprios recursos de poder só se constituem como tal também de forma relacional. Uma decisão de A para realizar uma tentativa de influenciar o comportamento de B através da ameaça de se usar uma arma contra B depende apenas de A. Porém, a probabilidade de sucesso ou insucesso dessa tentativa depende de B conhecer a arma e as consequências de seu uso contra si; depende de B acreditar que a arma é real e não um brinquedo; depende de B temer o uso daquela arma contra si. Dessa forma, recursos materiais que em algumas situações podem ser utilizados como recursos de poder, em outras não o serão (Baldwin, 2016: 50).

Diferentemente dos autores realistas, os autores conhecidos como neoliberais no campo das Relações Internacionais incorporam a noção relacional de poder de Dahl (1957), como pode-se observar em Keohane e Nye (2012: 11): “poder pode ser pensado como a habilidade de um ator fazer com que outros façam aquilo que de outra forma não fariam (e a um custo aceitável para o ator)”. Sendo assim, relacionamentos interdependentes fazem com que o ator menos dependente tenha mais recursos de poder. Serão as próprias assimetrias nos relacionamentos entre atores, portanto, que se constituirão em fontes de influência na interação entre esses mesmos atores (Keohane e Nye, 2012: 10-11). Os regimes internacionais surgiriam como um fator interveniente, através da qual as assimetrias são canalizadas e estruturadas na forma de normas, regras e procedimentos que orientariam a política internacional (Berenskoetter, 2007: 8) e reduziriam as incertezas acerca do comportamento dos Estados. Sendo assim, Keohane e Nye (2012) também concordam com o exposto por Bachrach e Baratz (2011) ao afirmarem que “a formação de agenda é importante para o processo político. Alocar recursos escassos como a atenção presidencial para certos assuntos em detrimento de outros pode, em alguns casos, ser tão importante quanto influência na tomada de decisão” (Keohane e Nye, 2012: 171). A habilidade de criar e modificar os regimes internacionais, portanto, torna-se uma importante fonte de poder (Berenskoetter, 2007: 8).

Algum tempo depois, Nye (2012) desenvolve os conceitos de poder brando e poder inteligente, também dialogando com as abordagens das faces do poder. Segundo ele, “plenamente definido, o poder brando é a capacidade de afetar outros utilizando meios cooptativos de ajuste de agenda, persuasão e produção de atração positiva para a obtenção dos resultados preferidos” (Nye, 2012: 44). Para complementar essa proposição, Nye (2012: 46) define “o poder inteligente como a capacidade de combinar recursos de poder duro e brando em estratégias efetivas”. Assim, o autor propõe o conceito de poder brando para complementar a visão realista de poder duro (poder de base puramente material) buscando sintetizar os dois

tipos no conceito de poder inteligente, de forma a produzir uma política externa efetiva e aprimorar as análises.

O autor exemplifica a aplicação do poder brando e do poder duro pelas três faces do poder de seguinte forma:

Primeira face:

Poder duro: A usa força e recompensa para mudar as estratégias existentes de B;

Poder brando: A usa atração e persuasão para mudar as preferências já existentes de B.

Segunda face:

Poder duro: A usa força e recompensa para truncar a agenda de B (quer B goste ou não);

Poder brando: A usa atração ou instituições para que B encare a agenda como legítima.

Terceira face:

Poder duro: A usa força e recompensa para moldar as preferências de B ('síndrome de Estocolmo');

Poder brando: A usa atração e/ou instituições para moldar as preferências iniciais de B. (Nye, 2012: 127)

Os construtivistas, por outro lado, se baseiam na terceira face de Lukes (2006) e na quarta face de Digeser (1992) proposta a partir dos escritos de Foucault para criar suas próprias análises de poder. A definição oferecida por Barnett e Duvall (2005a: 42) é um exemplo e mostra essa influência – para eles, “poder é a produção, nas e através das relações sociais, de efeitos que moldam as capacidades dos atores para determinar suas circunstâncias e destinos” – e deixa clara a noção de construção social dos sujeitos e a limitação da liberdade dos mesmos. Além disso, como aponta Berenskoetter (2007: 2), os autores apresentam uma taxonomia do poder dividindo seu conceito geral em quatro subtipos – compulsório, institucional, estrutural e produtivo – que são associados pelos próprios autores com cada uma das quatro faces: compulsório – primeira face; institucional – segunda face; estrutural – terceira face⁶; e produtivo – quarta face (Barnett e Duvall, 2005b: 13-22). No entanto, os autores deixam de fora “relações sociais de ação conjunta através de acordo mútuo e interações nas quais um ator consegue convencer outro ator a alterar livre e voluntariamente suas crenças, interesses e ações” (Barnett e Duvall, 2005a: 42), o que, segundo Baldwin (2016: 149), excluiria relações de cooperação e persuasão. Essa opção teórica é justificada pela preocupação dos autores não apenas com a produção de efeitos através do exercício de poder, mas “com como esses efeitos

⁶ Muito embora sua associação do poder estrutural à terceira face seja feita com base na primeira edição da obra de Lukes (1974). A segunda edição da obra de Lukes (2006) é posterior à publicação dos dois principais textos de Barnett e Duvall (2005a e 2005b) e traz uma mudança de posicionamento importante do autor: o reconhecimento de que nem sempre o exercício de poder de A sobre B é prejudicial ou vai contra os interesses de B (Baldwin, 2016).

operam para o benefício de uns e em prejuízo de outros” (Barnett e Duvall, 2005a: 42). No entanto, Baldwin (2016: 152) argumenta que instituições e estruturas *não necessariamente* operam em prejuízo daqueles influenciados por elas, embora em muitos casos isso de fato aconteça. A questão é que, em muitos casos, existem efeitos imprevisíveis e não-intencionais do exercício de poder, o que também constituiria uma fonte de incerteza permanente, já que seria impossível determiná-los *a priori*.

Como se pôde ver, existem várias definições operacionais de poder adotadas em Relações Internacionais e a grande maioria delas dialoga com aquelas apresentadas nos debates oriundos da Ciência Política. E a pesar das várias concepções de poder adotadas pelas diversas abordagens da política internacional, Baldwin (2016) mostra que, excetuando a perspectiva realista, todas as outras são compatíveis com o conceito formal apresentado por Dahl (1957), sendo possível considerá-las definições operacionais elaboradas a partir de seu conceito⁷. Dentro dessa perspectiva, os cinco fatores elencados no início desta seção tornam-se fundamentais para a análise de relações de poder em todas as abordagens discutidas aqui: (i) a base do poder; (ii) os meios para o emprego dessa base; (iii) o escopo do poder; (iv) o número de pessoas que respondem a esse poder; (v) mudanças nas probabilidades das ações dos respondentes.

Ao realizar comparações entre o poder de vários atores, o foco deve ser nas respostas de B às tentativas de influência de A sobre seu comportamento. Dessa forma, um dos fatores que devem ser observados para tal é a diferença na mudança de probabilidades relacionadas às respostas comportamentais de B. Para Dahl (1957: 205) “a ausência de poder é [...] equivalente à independência estatística”, ou seja, não há correlação entre a tentativa de exercer influência feita por A sobre B e a probabilidade de mudança no comportamento de B. Sendo assim, o exercício de poder está muito mais ligado a alteração de probabilidades no comportamento de B em função da tentativa de influência de A do que ao resultado em si do comportamento de B. A título de exemplo, é possível ter situações em que há uma mudança na probabilidade de que B faça X de 10% para 90% devido às tentativas de influência de A, mas, ainda assim, B opta por não fazer X; ao mesmo tempo, é possível que em outra situação, haja uma mudança na probabilidade de que B faça Y de 85% para 95% após uma tentativa de influência de um outro ator C sobre B, após a qual B termine por fazer Y. A mudança de probabilidade na primeira

⁷ Para uma abordagem que extrapola o conceito dahliano de poder e propõe algo diferente das quatro faces do poder nas Relações Internacionais, ver Katzenstein e Seybert (2018) e seu conceito de “poder proteano”. Os autores, no entanto, afirmam que o “poder de controle” (relacionado às quatro faces) e o “poder proteano” estão relacionados de várias maneiras, não sendo, portanto, mutuamente excludentes. Como o foco deste artigo é o conceito dahliano, optou-se por não abordar essa discussão.

situação é muito maior do que na segunda, apesar de na primeira o resultado pretendido não ter sido obtido e na segunda sim (esse ponto é destacado por Baldwin, 2016: 50 a partir de Deutsch, 1988: 29).

Além disso, conforme apontam Barnett e Duvall (2005a) e Bachrach e Baratz (2011), não se pode descartar das análises os efeitos não intencionais do poder de A sobre B, os quais, assim como aqueles efeitos intencionais, nem sempre serão prejudiciais para as partes envolvidas (Baldwin: 2016). Outro ponto destacado por Holsti (1964: 183) diz respeito ao problema da regra da antecipação das reações. Simon (1953: 505) exemplifica o caso da seguinte forma: “se um presidente é eleito, suas decisões podem ser afetadas não apenas pelo que os cidadãos fizeram na eleição passada, mas também pelas suas expectativas do que eles farão na próxima [eleição]”. Há ainda a possibilidade prevista pelo próprio Dahl (1957: 205) do conceito de *poder negativo*: uma reação de B na direção oposta daquela pretendida por A quando A tenta exercer influência sobre B. Dessa maneira, “A pode querer que B faça X, mas não tenta influenciar B por medo de que B, ao contrário, faça Y, o que seria uma resposta desfavorável do ponto de vista de A” (Holsti, 1964: 183).

Esses exemplos ilustram que estabelecer relações de causalidade precisas entre a tentativa de influência de A sobre B e o comportamento de B é bastante difícil exatamente pela incapacidade de se estabelecer com precisão as várias possibilidades de ação de B e as probabilidades associadas a cada possibilidade de ação de B *antes e depois* da tentativa de influência de A sobre B (ainda que de maneira ordinal). Além disso, também é bastante difícil, senão impossível, isolar como causa para o comportamento de B a tentativa de influência de A sobre ele. Como Baldwin (2016: 58-59) aponta, “existe uma diferença entre ser poderoso e ser sortudo. [...] Independentemente de se estimar o poder antes ou depois de uma tentativa de influência de A sobre B, sempre haverá alguma *incerteza* (itálico meu); e alguma estimativa da questão contrafactual do que B teria feito na ausência da alegada influência de A será necessária”. Fica claro, portanto, que toda tentativa de se estimar, medir ou comparar poder estará cercada pela incerteza quanto ao sucesso da tentativa de A influenciar o comportamento de B e de se estabelecer se o comportamento de B foi, de fato, causado pelo poder de A, seja isoladamente ou em conjunção com outros fatores⁹.

⁸ “Se, sempre que eu peço para que meu filho fique em casa no sábado de manhã para cortar a grama, meu pedido tem o efeito inevitável de induzi-lo a ir nadar, quando ele teria ficado em casa caso contrário, eu tenho um tipo curioso de poder negativo sobre ele” (Dahl, 1957: 205). É claro que o poder negativo também pode ser manipulável nesse caso: se ele quisesse que seu filho se exercitasse mais, poderia pedir que ele ficasse em casa no sábado de manhã para aparar a grama, esperando que seu filho reagisse saindo de casa e indo nadar.

⁹ Nesse caso, também seria uma tarefa bastante desafiadora estabelecer qual o peso do poder de A e dos outros fatores envolvidos para que B agisse daquela maneira específica.

Como os Estados estão em interação o tempo todo no ambiente internacional e dada a multidimensionalidade do poder (diferenças nas bases e escopo do poder), eles podem tentar antecipar a reação dos demais às suas próprias tentativas de exercer influência sobre um Estado B em uma área (por exemplo, uma possível resposta do Estado B com tentativas de exercer poder em outra área que lhe seja mais favorável). No entanto, exatamente pela multiplicidade de escopos, áreas, bases e meios para o exercício de poder, a antecipação de todas as respostas torna-se bastante problemática, já que nem sempre a informação será completa, disponível e ainda que seja, pode não ser confiável, clara e objetiva. O próprio Waltz (1979: 131), trabalhando do ponto de vista do poder material afirma que “qualquer ranking [de capacidades de poder] a qualquer tempo envolve dificuldades de comparação e incertezas sobre onde traçar as linhas [divisórias]”. E apesar de todas as questões levantadas acerca da incerteza envolvendo o exercício de poder, os Estados continuam a fazê-lo, obtendo menor ou maior sucesso e lidando com essas questões de formas diferentes conforme as situações se apresentam. O problema com relação ao exercício de poder passa a ser, portanto, como tomar decisões e lidar com a incerteza envolvendo relações de poder no ambiente internacional.

IV. PODER, INCERTEZA E AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como destaca Rathbun (2007: 533), “a força da incerteza é central para todas as tradições de pesquisa no estudo das relações internacionais”. E assim como o poder, a incerteza tem diferentes concepções dependendo do paradigma adotado no campo das Relações Internacionais (Katzenstein e Seybert, 2018; Rathbun, 2007; Best, 2008). Primeiramente, a incerteza é compreendida em termos de informação. Para neorealistas e institucionalistas neoliberais, a incerteza é derivada da falta de informação confiável a respeito das intenções, interesses e poder dos demais atores com os quais se interage. Essa visão parte do pressuposto de que os dados se apresentam objetivamente e livres de ambiguidade, e portanto, atores apresentados com os mesmos dados irão percebê-los e interpretá-los da mesma forma (Rathbun, 2007: 535). Por outro lado, construtivistas em geral contestarão essa visão, defendendo que a informação sempre se apresenta com algum grau de ambiguidade, e são percebidas e interpretadas subjetivamente com base em entendimentos intersubjetivos que constituirão normas, identidades e sistemas de crenças que variam entre os atores (Rathbun, 2007: 535).

Essas visões ontológicas acerca da ambiguidade ou não ambiguidade, e objetividade ou subjetividade, das informações terão implicações diretas para a concepção da incerteza e das formas como lidar com ela. Como aponta Rathbun (2007: 535), “se a informação fala por si

mesma, não é preciso que seja processada de forma significativa. A tomada de decisão dos Estados é, portanto, relativamente não problemática [...]”. A incerteza passa a ser uma questão quantitativa e faz com que a falta ou assimetria de informações confiáveis sobre intenções, interesses e poder implique em dificuldades de se cooperar num ambiente internacional anárquico. No entanto, essa concepção de incerteza para os neorealistas conduz ao medo de ser atacado, dado que todo Estado possui capacidades militares ofensivas e que não se pode saber, com certeza, as reais intenções e interesses dos demais Estados. A resultante é uma competição dos Estados por poder (material) para reduzir sua insegurança no sistema internacional. Como aponta Waltz (1979: 105), “a condição de insegurança – ou pelo menos, a incerteza de cada um sobre as intenções e ações futuras do outro – trabalham contra a cooperação”. Mesmo que a falta de informações seja a causa dessa situação, ela não se resolve com o acúmulo de mais informação porque interesses e intenções podem mudar rapidamente e porque as próprias estimativas são pouco confiáveis (o problema da fungibilidade e a dificuldade de se estabelecer um índice geral de poder). Dessa forma, o acúmulo de poder (material) é a solução mais viável para redução do medo e da insegurança resultantes da situação de incerteza acerca de intenções, interesses e quantidade de poder dos demais (Rathbun, 2007: 538). Entretanto, Waltz (1979: 192) lembra que “o poder é um meio e o resultado de seu uso é necessariamente incerto”. Do ponto de vista neorealista, a utilização de uma definição de poder material resolve a questão da base de poder e torna seus meios de utilização e seu escopo mais claros. No entanto, sua concepção de incerteza ainda é problemática porque é impossível ter 100% de certeza com relação às probabilidades associadas às respostas de B com relação às tentativas de influenciar seu comportamento por A, para saber em que medida A conseguirá alterar no sentido desejado as probabilidades de que B haja da maneira desejada por A.

Já para os institucionalistas neoliberais, o medo é uma dentre várias reações possíveis ao problema da incerteza quanto às intenções, interesses e poder dos demais atores no sistema internacional. Como afirmam Keohane e Nye (2012: xxiv) “a globalização tem criado um número de redes complexas de relacionamentos, que aumentam as possibilidades de interações estratégicas, assim como geram grande incerteza”. Para eles, a incerteza se traduz simplesmente em ignorância, no sentido de que os Estados não têm como conhecer completamente as intenções e capacidades dos demais atores e, portanto, criam expectativas relacionadas ao comportamento dos demais com base em informações obtidas pela observação de experiências e situações passadas (Keohane, 1984; Rathbun, 2007: 542). A informação adquire, portanto, um valor estratégico, dado que mais informação equivale a menor incerteza. Portanto, atores com maior quantidade de informação estarão em melhor situação para tomar decisões mais acertadas

envolvendo poder. Essas diferenças na quantidade e confiabilidade das informações faz com que o cálculo das probabilidades de cada comportamento possível para B diante das tentativas de A para influenciá-lo impliquem em decisões com maior chance de sucesso nas tentativas de exercício de poder. A solução para lidar com a incerteza não reside, portanto, apenas no acúmulo de poder mas também na obtenção de informação confiável sobre as intenções, interesses e poder alheios de forma que permita aos atores aprimorarem e atualizarem suas expectativas acerca do comportamento dos demais.

Do ponto de vista do institucionalismo neoliberal, tratar-se-ia de mitigar a incerteza através da criação de instituições, organizações e regimes internacionais que facilitariam a obtenção de informações sobre a reputação de B, as sinalizações de B com relação ao seu próprio comportamento, e outras informações que facilitariam a interação entre os Estados. Conforme aponta Keohane (1984:93), “na ausência de instituições apropriadas, algumas barganhas mutuamente vantajosas não acontecerão por causa da incerteza”. Nesse sentido, as instituições, regimes e organizações internacionais, permitiriam e facilitariam as sinalizações de compromentimentos e intenções aos demais atores ao reduzir os custos relacionados à obtenção e distribuição de informação entre os Estados, reduzindo a incerteza (Rathbun, 2007: 543-544). Em outras palavras, “ao reduzir as assimetrias de informação através do aumento do nível geral de informação disponível, os regimes internacionais reduzem a incerteza” (Keohane, 1984: 94). A redução da incerteza através da obtenção de mais informação confiável levaria, portanto, a um melhor aproveitamento do poder relacional e maior chance de acordos e barganhas mutuamente benéficos. Além disso, as organizações internacionais aumentariam a quantidade de informações relacionadas às bases e meios exercer poder por cada um dos Estados, além de circunscrever o escopo ou alcance dessas bases e meios através de regras, agendas e áreas temáticas (*issue-areas*). No entanto, como aponta Schaffer (2005: 159) “atores estratégicos não controlam as escolhas institucionais, contudo. Eles atuam num mundo de incerteza onde não conseguem prever os resultados de processos institucionais alternativos. Quando um assunto chega a uma instituição multilateral, eles não controlam completamente nem o processo nem o resultado”, permanecendo assim uma situação de incerteza.

Por outro lado, além dos problemas relacionados à falta de informações confiáveis postos por realistas e racionalistas, os construtivistas adicionam à equação o problema de interpretação das informações disponíveis. Essas interpretações, que variam de ator para ator, são causadas por diferenças subjetivas de percepção e, por consequência, diferentes atribuições de significado à informação (Rathbun, 2007: 537). Para os construtivistas, a incerteza é devida à atribuição de significado às informações recebidas, realizada pelos atores para compreender

o mundo, configurando-se em indeterminabilidade. Dado que a percepção e a interpretação dos atores é uma função de entendimentos socialmente construídos, a informação e as ações dos indivíduos não têm um significado intrínseco e independente da interpretação humana e do contexto social. Como explicado por Wendt (1999: 330), na ausência de entendimentos compartilhados, a definição de uma situação de maneira similar pelos envolvidos não acontece, e “a incerteza resultante pode afetar o comportamento, particularmente ao induzir cautela quanto à segurança física, como os Realistas enfatizariam, mas a única forma para os atores alcançarem seus objetivos é tentar trazer seus próprios entendimentos a um consenso, se comunicar”.

Os atores, portanto, buscam estabilidade e consistência ambiental através de normas e identidades socialmente construídas que guiarão a percepção e a interpretação das informações obtidas. Mas, devido ao fato de que “interpretações podem, potencialmente, tomar tantas direções diferentes dependendo das normas e identidades presentes, e porque essas não são fixas ou dadas, mas socialmente construídas e maleáveis, a complexidade é o resultado da política mundial, mais do que sua variável independente ou o problema a ser tratado” (Rathbun, 2007: 549). Essa indeterminação e a complexidade resultante das várias possibilidades de construção social de normas e identidades, e por consequência, de percepções e interpretações torna os rumos da política internacional bastante incertos. Como aponta Berenskoetter (2011: 650),

os construtivistas continuam com o hábito desleixado que permeia muito das Relações Internacionais, nomeadamente a tendência de combinar a impossibilidade de saber o que os outros pensam no presente, ou seja, a contingência social, com a impossibilidade de se conhecer o futuro como tal, ou seja, a contingência temporal. [...] A tendência de reduzir a incerteza futura à impossibilidade de conhecer as intenções dos outros, e portanto, a uma questão de (des)confiança, foi continuada pelos construtivistas. (BERENSKOETTER, 2011: 650)

Sendo assim, tanto o medo derivado da interpretação realista da incerteza quanto a interpretação institucionalista da incerteza como resultado da ignorância são possibilidades interpretativas do próprio conceito de incerteza, dependendo dos entendimentos intersubjetivos compartilhados no ambiente internacional (Wendt, 1992; Wendt, 1999; Rathbun, 2007: 550). Como a construção de entendimentos é dada através da interação, o processo de sinalização de interesses, intenções e poder é social e constitutivo, podendo levar a transformações na percepção e interpretação de si e do outro, que, por sua vez, possivelmente levarão a mudanças nos interesses, intenções e poder (relacional) próprios e do(s) outro(s) (Rathbun, 2007: 550). Dessa forma, a redução de incerteza, entendida como indeterminação de significados *a priori*,

se dá através do processo de definição e redefinição de entendimentos intersubjetivos (normas e identidades), através de persuasão e construção estratégica de identidades e interesses (Rathbun, 2007: 551), que também implicam a existência de relacionamentos de poder. Como aponta Van Ham (2010: 4), “o poder é subjacente em relacionamentos complexos e recíprocos. Muitas vezes não fica claro quem *tem* (ou mesmo *exerce*) poder. [...] Estudar o poder social é, portanto, um assunto altamente contextual, que impede o delineamento de conclusões baseadas em afirmações globais (*sweeping affirmations*)”. Dessa forma, a incerteza também persiste do ponto de vista do construtivismo.

Como discutido acima, a incerteza está relacionada à informação, seja pela sua disponibilidade e confiabilidade, seja pela sua ambiguidade e subjetividade. Estabelecer uma relação de causa e efeito isolada entre a alteração de probabilidades no comportamento de B em função da tentativa de influência de A sobre B depende, primeiro, de se conseguir uma informação clara e confiável de qual seria a probabilidade associada a todas as opções de comportamento disponíveis para B antes e depois da tentativa de influência de A. Além disso, também dependeria da obtenção de informação clara e confiável sobre a base do poder, os meios de utilização, o escopo e a quantidade de indivíduos afetados pelo ator A nessa situação específica de relação de poder. No entanto, como os construtivistas apontam, o próprio comportamento de B depende da interpretação do mundo por parte de B com base em suas identidades e nas normas e entendimentos intersubjetivos compartilhados na interação com os demais atores no ambiente internacional. Visto que A e B possuem identidades próprias e percepções e interpretações próprias de mundo, e dado que a realidade é socialmente construída e, portanto, dependente das percepções e interpretações próprias dos atores, as probabilidades associadas a possíveis comportamentos de A e B são indetermináveis *a priori*. Além disso, as próprias bases, meios e escopo de exercício do poder são passíveis de incerteza devido à construção intersubjetiva dos entendimentos sobre o que se constitui como uma base de poder, quais os meios de utilização dessa base de poder e o seu escopo e alcance de aplicação. Contudo, compreendidas as normas sob as quais se dá a relação de poder e quais as identidades dos atores envolvidos, assim como quais seriam os entendimentos intersubjetivos e as visões de mundo dos atores nessa relação, poder-se-ia tentar reduzir a incerteza através de processos de reconstituição e compartilhamento de normas, identidades, interesses e da própria realidade. Dessa forma, ao operar em uma mesma realidade, com normas compartilhadas e compreendendo a identidade do outro e a própria, os comportamentos se tornam mais previsíveis. Esse tipo de iniciativa acaba por também ser visto como um processo de exercício de poder: se as identidades definem comportamentos apropriados, e se as identidades são

socialmente construídas, as tentativas de influenciar o processo de construção de identidades num determinado sentido para que o outro se comporte de uma determinada forma pode ser visto como exercício de poder.

A partir dos três paradigmas apresentados, observa-se que: i) no caso realista, a definição de poder dahliana não se aplica e que a incerteza é uma constante, portanto a lógica é tentar aumentar as chances de sobrevivência pela acumulação de recursos de poder material; ii) no caso institucionalista neoliberal, a definição de poder dahliana se aplica e a incerteza está relacionada à falta de informação confiável, portanto, a lógica é de buscar meios de obter mais informação, com maior confiabilidade, para que as decisões sobre exercício de poder sejam mais acertadas; esses meios seriam as organizações, regimes e instituições internacionais; no entanto elas também se configuram como atores e seu comportamento também é incerto; iii) no caso construtivista, a definição de poder dahliana também se aplica e a incerteza está relacionada à indeterminabilidade *a priori* das possibilidades e probabilidades de ação já que, ainda que a informação possa estar disponível, ela é subjetiva e interpretada conforme a constituição de cada agente de acordo com a realidade e contexto normativo em que ele está inserido; portanto, a lógica seria construir entendimentos compartilhados para reduzir a incerteza e aumentar a previsibilidade sobre o exercício de poder, sendo que a própria construção desses entendimentos compartilhados se constitui num exercício de poder; além disso, uma vez estabelecidos, esses entendimentos compartilhados podem convergir para compreensões da incerteza conforme a lógica neorealista ou neoinstitucionalista, e, nesse sentido, não resolveriam a questão da incerteza, oferecendo simplesmente um entendimento da própria incerteza que apresente as mesmas dificuldades já apontadas.

Como se pode ver, o exercício de poder e as relações de poder acontecem sempre com algum grau de incerteza. E como vimos nesta seção e na seção anterior, tanto as definições de poder quanto as definições de incerteza não são consensuais no campo das Relações Internacionais. Cada definição implica em análises com focos distintos. Se as faces do poder apresentam distintas possibilidades de relações de poder, as concepções de incerteza implicam distintas respostas a esse fenômeno. Na seção seguinte, apresenta-se algumas contribuições da psicologia cognitiva relacionadas às heurísticas decisórias para a compreensão de relacionamentos de poder com base na tomada de decisão em situações de incerteza que incorporam tanto a visão quantitativa da falta de informações como também a questão qualitativa da interpretação das informações obtidas.

V. HEURÍSTICAS E A TOMADA DE DECISÕES COM INCERTEZA

Como destacado anteriormente, apesar de toda a incerteza envolvendo relações de poder, os Estados continuam tomando decisões a esse respeito, utilizando informação com graus variados de confiabilidade, e com algum grau de subjetividade e interpretatividade. Da mesma forma, os Estados não ficam imobilizados pela indeterminação *a priori* de todas as relações de causa e efeito, probabilidades e resultados de suas ações no ambiente internacional por não terem a certeza sobre como os demais atores perceberão, interpretarão e reagirão às suas iniciativas e tentativas de exercício de poder. De alguma forma, os Estados se adéquam à incerteza inerente às suas interações e ao ambiente internacional, sendo que, em alguns casos, uns se saem melhor do que outros, independentemente das condições materiais (e do “poder material”) envolvidas.

Algumas abordagens explicam essa situação, com base na ideia de que a racionalidade humana é circunscrita e limitada (*bounded*) por suas capacidades de processar informação, elaborar alternativas e organizar preferências, pela memória dos indivíduos, assim como pela obtenção de informação do ambiente, que em alguns casos é bastante custosa (Simon, 1972). Nesse sentido, o termo “circunscrita” (*bounded*) associado à racionalidade, diz respeito tanto às limitações da mente, como aquelas de memória e processamento de informações, quanto àquelas limitações decorrentes de fatores ambientais, como os custos de obtenção de informação (Todd, 2001)¹⁰. Dadas essas limitações, os tomadores de decisão nem sempre tomarão a decisão ótima (no sentido utilitarista), mas sim uma satisfatória, que funcione e atenda aos objetivos e critérios estabelecidos¹¹ (Simon, 1955). Dessa forma, a ideia de busca pelo resultado ótimo através da maximização de utilidade diante de cursos de ação alternativos formulados, presente nas abordagens racionalistas de Relações Internacionais, dá espaço à ideia de satisfação de objetivos, levando em consideração os custos do próprio esforço para a tomada de decisão¹², conforme proposto por Simon (1955; 1956).

Devido às limitações cognitivas para o processamento de informação tanto em nível individual quanto organizacional, a complexidade inerente às relações entre os atores no ambiente internacional, levaria a uma confusão sobre relações claras de causa e efeito, o que

¹⁰ No entanto, esta seção não trata de simplesmente aceitar o argumento posto por Keohane (1984, cap. 7) de que, “sob essas condições, as regras e princípios de regimes internacionais se tornariam ainda mais úteis para um decisor que poderia fazer cálculos sem custos; os custos de decisão poderiam ser eliminados pela obediência automática das regras do regime em vez de calcular os custos e benefícios de obedecê-las em cada caso individual”.

¹¹ Esse critério pode ser, inclusive, a sobrevivência, como pregam as teorias realistas e do institucionalismo neoliberal.

¹² Muitas vezes esses custos são desconsiderados ou subdimensionados pelas teorias racionalistas de Relações Internacionais exatamente por não levarem em conta o processamento da informação obtida.

geraria incerteza. Devido a essas dificuldades, a realidade (externa, objetiva e complexa) seria apenas parcialmente apreensível. Nesse sentido, o problema, ao contrário do que neoinstitucionalistas e neorealistas apontam, muitas vezes seria de excesso de informação dificultando seu processamento e compreensão. A atribuição confiável de probabilidades aos eventos e resultados de interações no ambiente internacional seria limitada pelas capacidades cognitivas dos tomadores de decisão, tornando todo o ambiente confuso e pouco previsível (Rathbun, 2007).

Diante dessa confusão gerada pela complexidade do ambiente internacional, se faz necessário que os atores adotem processos de decisão que simplifiquem situações reais, de forma a reduzir a complexidade para que o decisor consiga trabalhar com as informações relevantes disponíveis e tomar uma decisão que o leve a alcançar seus objetivos. A redução dos custos de decisão passa pela simplificação de situações reais, de forma a reduzir a complexidade para que o decisor consiga trabalhar com as informações relevantes disponíveis e tomar uma decisão acertada que o leve a alcançar seus objetivos.

Uma das formas de redução da complexidade e simplificação da tomada de decisão é a utilização de heurísticas, entendidas como processos cognitivos eficientes, muitas vezes inconscientes ou intuitivos, baseados em *rules of thumb* para buscar informações relevantes para avaliação do problema ou situação em questão e tomar uma decisão satisfatória com base nessas informações (Kahneman, 2011; Tversky e Kahneman, 1974; Gigerenzer, 2001). Gigerenzer e Gaissmaier (2011: 454) definem o termo como “uma estratégia que ignora parte da informação com o objetivo de tomar decisões mais rapidamente, frugalmente, e/ou acuradamente do que métodos mais complexos”. Alguns autores (Kahneman, 2011; Kahneman, Slovic e Tversky, 1982, por exemplo) têm uma posição mais pessimista com respeito à utilização das heurísticas e, segundo eles, sua utilização geralmente produz vieses decisórios que geram erros de decisão. Essa abordagem, mais conhecida como corrente de Heurísticas e Vieses (HV), afirma que sua utilização leva a problemas de julgamento em situações de incerteza, especialmente no cálculo de probabilidades e na elaboração de respostas para problemas difíceis. Esses problemas ocorrem inclusive quando os indivíduos têm incentivos para serem mais precisos, e mesmo quando têm consciência e conhecimento acerca dos procedimentos estatísticos e lógicos mais adequados para a situação em questão. O raciocínio intuitivo dos indivíduos está sujeito a esses vieses e erros apesar do grau de conhecimento estatístico, inclusive.

No entanto, outros pesquisadores, mais otimistas com relação às heurísticas, destacam o lado positivo de sua utilização para a tomada de decisão desde que levadas em consideração

as condições ambientais mais adequadas para a utilização de uma determinada heurística. Sendo assim, nenhuma heurística pode render resultados satisfatórios em todas as ocasiões, mas apenas naquelas em que as regras e mecanismos de busca e processamento da informação são melhores adaptadas (ou mais adequados) à estrutura informacional do ambiente, daí o porquê de essa corrente ser conhecida pelo termo Racionalidade Ecológica. A eficácia da heurística, portanto, dependerá de sua utilização no contexto (ambiente) apropriado. Nas palavras de Gigerenzer *et. al.* (1999: 13), “uma heurística será ecologicamente racional na medida em que está adaptada à estrutura do ambiente”. No campo das Relações Internacionais, alguns autores também destacam a importância de fatores ecológicos ou ambientais para a tomada de decisões em política externa, tendo como referência clássica os trabalhos de Margaret e Harold Sprout (1956; 1957) e sua hipótese do relacionamento “*man-millieu*”. Atualmente, Gerd Gigerenzer (2001; 2004; 2015) é um exemplo daqueles mais otimistas com relação às heurísticas, mostrando que elas nem sempre levam ao erro, destacando como a sua utilização, desde que em condições ambientais adequadas, favorece a obtenção de resultados satisfatórios. Dessa forma, o contexto (ou ambiente) no qual os indivíduos tomam as decisões, e suas características e propriedades estruturais também têm grande relevância nesse esforço de simplificação das complexidades e facilitação da decisão (Simon, 1956).

Nessa abordagem, as heurísticas são compostas por componentes que desempenham três funções: proveem uma direção para as buscas por alternativas decisórias e indicadores (*cues*) para avaliação dessas alternativas; proveem uma regra com critérios para parar tais buscas; e, por fim, proveem regras para que as decisões sejam feitas (Gigerenzer, 2001). Sendo assim, elas auxiliam tanto no esforço de obtenção de informações relevantes para a decisão, quanto ajudam a interpretá-las e a lidar com informações faltantes. Por essa definição, um modelo de heurística deve especificar, portanto: “uma regra de processo; as capacidades que a regra explora para que seja simples; e os tipos de problemas que tal heurística pode resolver”, ou seja, em quais estruturas ambientais ou domínios ela é bem-sucedida (Gigerenzer, 2004: 67). Exemplos de componentes que cumprem a primeira função podem ser a busca aleatória e a busca ordenada por validade de pistas. Exemplos de componentes que cumprem a segunda função podem ser emoções: sentimentos de amor podem levar a busca por um parceiro a cessar (a alternativa seria dispensar o seu parceiro a cada vez que se identificasse outro mais atraente e acessível). Um exemplo de componente que cumpre com a terceira função pode ser a atribuição de pesos a variáveis, inclusive escolher apenas uma variável como a melhor, ou a mais importante, para pautar a decisão.

Para exemplificar, pode-se destacar as heurísticas sociais, que “exploram a capacidade dos humanos para imitação e aprendizado social (imitação não precisa resultar em aprendizado), que é incomparável às outras espécies animais” (Gigerenzer, 2004: 73). Essa inteligência social presente apenas nos seres humanos levaria a uma necessidade por processos cognitivos mais complexos, dada a complexidade e incerteza do ambiente onde as interações sociais humanas ocorrem (White e Byrne, 1997; Humphrey, 1976 *apud* Gigerenzer, 2015: 134). No entanto, isso não é necessariamente verdade levando-se em conta as seguintes hipóteses: “1) inteligência social não requer um cálculo mental complexo; ela também funciona com heurísticas; 2) as mesmas heurísticas que apoiam a tomada de decisão não-social também se aplicam às decisões sociais (mas o contrário não é verdadeiro)” (Hertwig e Herzog, 2009 *apud* Gigerenzer, 2015: 134).

Algumas heurísticas sociais dadas como exemplo são a de *tit-for-tat* e a “sabedoria das multidões”, amplamente utilizadas em interações estratégicas e jogos cooperativos, no primeiro caso e em estimativas quantitativas e estatísticas através de opiniões coletivas, no segundo caso, sendo que ambos podem ser compreendidos como casos em que existem relações em que A tenta influenciar B a fazer algo que, em outro caso, não faria. No entanto, como dito anteriormente, a sabedoria das multidões e a *tit-for-tat* funcionam em situações específicas, não abrangendo todos os casos onde é necessário realizar julgamentos e tomar decisões em situações de incerteza envolvendo o exercício de poder. No caso da sabedoria das multidões, por exemplo, ela pode não funcionar tão bem se a “multidão” tem avaliações e opiniões muito homogêneas, ou quando fatores ambientais (sistêmicos) afetam a opinião e julgamento da “multidão” como um todo. Já no caso de *tit-for-tat*, Todd e Gigerenzer (2012: 10) afirma que ela só será ecologicamente racional se os outros atores também utilizarem *tit-for-tat*. As imagens que os Estados projetam e constroem sobre outros Estados também funcionam como atalhos heurísticos (assim como os estereótipos) que podem facilitar a tomada de decisões estratégicas mas também podem gerar vieses que conduzem a erros. Confiar nessas imagens ou estereótipos para tomar decisões em interações estratégicas só será ecologicamente racional em situações com características específicas, como

Se as heurísticas são eficazes em domínios específicos, torna-se fundamental identificar qual heurística é mais adequada para o tipo de situação em questão. Essa capacidade é desenvolvida com o tempo, na medida em que as pessoas vão adquirindo experiência suficiente e aprendem a selecionar as heurísticas adequadas a cada situação de acordo com o ambiente (Gigerenzer, 2015). Esse aprendizado é baseado em padrões observados a respeito da estrutura do ambiente ou contexto no qual a decisão é tomada, de maneira que o indivíduo aprenda quais

características serão fundamentais e afetarão sua capacidade para alcançar o objetivo desejado. O processo de aprendizado ocorre, portanto, através da repetição das situações de decisão num ambiente ou contexto com estruturas e características similares (Simon, 1956: 7-8; Klein, 1998; Kahneman e Klein, 2009). Alguns estudos sobre o impacto da experiência dos líderes, elites e organizações na tomada de decisão já são realizados no campo das Relações Internacionais, como por exemplo o de Hafner-Burton, Hughes e Victor (2013), onde, através de um estudo das crises enfrentadas pela gestão George W. Bush em 2002 e 2006 com relação à Coreia do Norte, sugere-se que elites mais experientes são mais habilidosas em barganhas estratégicas do que as elites com menos vivência nesse tipo de situações. No entanto, os autores também apontam que elas são mais sujeitas a serem superconfiantes, o que pode prejudicar suas decisões. Em outro estudo, realizado por Chang *et al* (2017), encontrou-se que *accountability feedbacks* (tanto relacionados ao processo quanto ao resultado) aumenta a performance do julgamento de previsores, através do processo de aprendizado. Na vida real, portanto, pode-se dizer que os tomadores de decisão

Como discutido acima, o foco, portanto, para melhores decisões em situações de incerteza envolvendo o exercício ou relacionamentos de poder não é, necessariamente, na quantidade de informações conforme defendido pelas abordagens racionalistas nem na homogeneização de entendimentos intersubjetivos para que as percepções acerca de determinado problema decisório sejam compartilhadas, mas de aprender a identificar (perceber e interpretar) padrões estruturais em situações análogas através da experiência e de *accountability feedbacks* e elaborar e adotar regras decisórias que simplifiquem a decisão, levando em consideração as capacidades cognitivas e fisiológicas do indivíduo e as informações necessárias e disponíveis. Essa decisão não precisa maximizar determinado valor ou utilidade, mas satisfazer determinados objetivos ou pré-requisitos estabelecidos pelos próprios atores. No entanto, não se trata de simplificar a tomada de decisão através de um alinhamento automático com as regras e posicionamentos de regimes e organizações internacionais conforme a possibilidade levantada por Keohane (1984: 110).

As heurísticas, portanto, se diferem dos modelos analíticos das abordagens teóricas de Relações Internacionais discutidos acima na medida em que não propõem soluções universais para a análise dos relacionamentos que ocorrem no ambiente internacional. O cálculo das capacidades materiais dos Estados e a comparação para determinar qual deles possui mais dessas capacidades não será sempre a melhor estratégia para julgamento e tomada de decisão, principalmente quando a utilização desses recursos não é viável ou a ameaça implícita de utilização desses recursos não é crível. O cálculo de custo-benefício envolvido na obediência

às normas defendidas por organizações internacionais nem sempre será fácil, viável e livre de ambiguidade. A própria obediência a essas regras pode ser fruto de heurísticas sociais simples como “imitar o comportamento da maioria” ou “imitar o comportamento dos bem-sucedidos”, que são ecologicamente racionais quando a busca por informação é custosa e leva muito tempo, e quando o ambiente é estável (no primeiro caso) ou o aprendizado é lento (no segundo caso). E a utilização da informação disponibilizada pelas organizações internacionais, apesar de reduzir os custos de sua obtenção, pode levar a um influxo tão grande de informações que dificulte seu processamento pelos Estados, o que ainda demandaria a utilização de heurísticas para a seleção das informações disponibilizadas pelas OIs. Por fim, a adaptabilidade inerente à utilização de heurísticas de acordo com o ambiente permite que, mesmo com a constante ressignificação e reconstrução de identidades, normas e entendimentos intersubjetivos, seja possível tomar decisões satisfatórias. Em ambientes com grande imprevisibilidade, universo amostral grande (*large N*) e poucas oportunidades de aprendizado, a “regra de 1/N” - alocar igualmente recursos para cada uma das *N* opções – pode trazer melhores resultados do que a tentativa de alocar os recursos num portfólio ótimo de opções (Todd e Gigerenzer, 2012: 10), por exemplo. Fundamental para esse processo é o aprendizado através da prática e da experiência dos tomadores de decisões, recebendo *accountability feedbacks* rápidos, claros e inequívocos sobre seu desempenho em situações similares para que se possa utilizar a heurística mais adequada com base nos indicadores mais relevantes naquela estrutura ambiental.

VI. CONCLUSÃO

Este artigo discutiu a relação existente entre incerteza e poder. Primeiramente, apresentou-se uma evolução histórica do debate acerca das definições de poder ocorrido na área da Ciência Política e mostrou-se como esse debate foi absorvido pelo campo das Relações Internacionais. Viu-se que, apesar de se discutirem várias “faces” do poder, ao fim e ao cabo, todas elas podem ser tratadas a partir do conceito de Dahl (1957) em que “A tem poder sobre B na medida em que ele [A] consegue fazer com que B faça alguma coisa que em outro caso não faria”. As faces do poder seriam, portanto, definições operacionais desse conceito geral de poder. Também pode-se observar que, apesar da oposição (neo)realista ao conceito relacional de poder, a definição material apresentada por eles é bastante problemática, e que todas as demais abordagens do conceito nas teorias de Relações Internacionais concordam com a perspectiva relacional (também com seus problemas). Entre as dificuldades identificadas está a

incerteza relacionada ao cálculo do poder dos Estados e à antecipação dos resultados do exercício e das relações de poder.

Apesar das incertezas relacionadas ao exercício do poder, observa-se que os Estados não ficam paralisados diante delas, e estão constantemente tomando decisões, relacionando-se entre si, exercendo poder e agindo no ambiente internacional. Dessa forma, discutiu-se como neorealistas, neoinstitucionalistas e construtivistas entendem e lidam com a questão da incerteza inerente às relações entre os Estados. Enquanto racionalistas (neorealistas e neoinstitucionalistas) tratam a incerteza como um problema de falta de informação objetiva e confiável, construtivistas a enxergam como derivada da sua ambiguidade e subjetividade inerentes. Sendo assim, neorealistas entendem que a resposta lógica para essa situação é sempre aumentar seu poder material já que a certeza (como oposto de incerteza) será sempre impossível devido à falta confiabilidade e disponibilidade de informações. Para os neoinstitucionalistas, a questão pode ser resolvida através da constante obtenção e atualização de informações e comportamentos, através da criação de instituições e organizações internacionais que reduziriam os custos de obtenção das informações quanto aos interesses, intenções, poder, comportamento e reputação dos atores no ambiente internacional, aumentariam sua confiabilidade, monitorariam a obediência às regras estabelecidas e puniriam desertores. Já para construtivistas, a resposta para a incerteza é dada através de entendimentos intersubjetivos que constituem normas e identidades que prescrevem e proíbem comportamentos e atribuem significados comuns à informação obtida.

A abordagem heurística apresentada aqui como uma alternativa viável para lidar com as incertezas derivadas do conceito de poder relacional dahliano, tem o mérito tanto de tratar da questão da disponibilidade e quantidade de informação quanto da questão da ambiguidade e interpretação da informação disponível. Através das heurísticas, os atores conseguem simplificar os processos de busca e obtenção de informações e ao mesmo tempo simplificar seu processamento para que consigam satisfazer seus objetivos nas interações com os demais atores. Apesar desses méritos, a seleção equivocada de heurísticas pode levar os atores a vieses e erros decisórios, que acabam por prejudicar, em vez de ajudar, a tomada de decisão. A melhor forma de evitar esses erros é através do aprendizado, realizado por meio de processos evolutivos, sociais e experienciais, fornecendo *accountability feedbacks* que tornariam os atores mais aptos a identificarem a tipicidade e as estruturas ambientais que fazem com que determinadas heurísticas sejam mais adequadas a certas situações. Identificar o tipo de situação envolvendo o exercício de poder e as heurísticas que melhor se adequam a ela, de forma ecologicamente racional, torna-se, portanto, o ponto central dessa abordagem.

Apesar de todos os pontos positivos apresentados pelas heurísticas segundo a perspectiva da Racionalidade Ecológica, existem algumas dificuldades inerentes a essa abordagem no estudo da tomada de decisão. Primeiramente, nem sempre é possível ter acesso ao processo mental utilizado para a tomada de decisão, exatamente por ele ser endógeno ao indivíduo e por muitas etapas poderem ocorrer sem deliberação, e portanto, sem que o indivíduo se dê conta das próprias decisões tomadas em alguns casos. Ademais, por se tratar de uma abordagem de caráter mais descritivo, ele depende da observação do processo decisório, que nem sempre é possível. Sendo assim, pode-se recorrer a experimentos controlados e simulações de situações reais para analisar como as pessoas tomam decisões em situações específicas, que tipo de heurísticas são utilizadas e quais delas são mais efetivas, mas, ainda assim, será diferente e menos fidedigno do que a observação direta de situações reais¹³. Além disso, nas decisões em política externa, em poucos casos a escolha individual é isolada de barganhas burocráticas e organizacionais, com o indivíduo tomador de decisão inserido em pequenos e grandes grupos que também tem alguma influência sobre sua decisão (caracterizando relações de poder em diferentes níveis, onde também se adotam heurísticas). Como aponta Levy (1997: 100),

Embora *insights* teóricos de outras áreas possam ter enorme valor heurístico para os acadêmicos de Relações Internacionais, nós devemos ser bem cuidadosos com a maneira como aplicamos essas ideias e na forma como usamos evidências de outros campos para apoiá-las. O problema da validade externa de experimentos de laboratório e, de fato, da validade de proposições teóricas entre disciplinas, níveis de análise, e contexto é, de fato, bastante sério.

Com relação ao ponto específico do aprendizado, pouco foi escrito a esse respeito, principalmente no campo das Relações Internacionais (alguns exemplos são Reiter, 1996; Levy, 1994; Haas, 1990; Breslauer e Tetlock, 1991; Chang *et al*, 2017). Como sugestão para investigações futuras, seria fundamental aprofundar a compreensão sobre o aprendizado e o desenvolvimento da racionalidade ecológica para melhor uso das heurísticas, de forma a evitar os vieses e erros decorrentes de sua utilização em situações inadequadas. Estabelecer em quais condições o aprendizado é mais efetivo na política internacional para os decisores, burocracias e organizações envolvidos na sua formulação e execução; como se dá esse aprendizado; que tipos de heurísticas podem ser associadas a quais tipos de situações típicas e estruturas ambientais na política internacional; e a descrição formal das heurísticas através de suas regras, processos e capacidades envolvidas são algumas sugestões para investigações futuras.

¹³ De certa forma, Klein (1998) faz exatamente isso, ou seja, realiza observações de campo em situações reais em que bombeiros, médicos, militares e outros profissionais tomam decisões muito difíceis em situações extremamente complexas num curto espaço de tempo e com resultados muito satisfatórios. A essa abordagem ele dá o nome de Tomada de Decisão Naturalística.

VII. BIBLIOGRAFIA

- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. 2011. "Duas Faces do Poder." **Revista de Sociologia e Política** 19 (40): 149-57.
- BALDWIN, David. 2016. **Power and International Relations: A Conceptual Approach**. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. 2005a. "Power in International Politics." **International Organization** 59 (1): 39–75.
- BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. 2005b. "Power in Global Governance." In: BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1-32.
- BERENSKOETTER, Felix. 2007. "Thinking About Power." In: BERENSKOETTER, Felix; WILLIAMS, M.J. (ed.). **Power in World Politics**, 1–22. New York: Routledge.
- BERENSKOETTER, Felix. 2011. "Reclaiming the Vision Thing: Constructivists as Students of the Future." **International Studies Quarterly** 55: 647-68.
- BEST, Jacqueline. 2008. "Ambiguity, Uncertainty, and Risk: Rethinking Indeterminacy." **International Political Sociology** 2 (4): 355–74.
- BOETTCHER III, William. 2004. "The Prospects of Prospect Theory: An Empirical Evaluation of International Relations Applications of Framing and Loss Aversion." **Political Psychology** 25 (3): 331-62.
- BRESLAUER, George; TETLOCK, Philip. 1991. **Learning in US and Soviet Foreign Policy**. Boulder: Westview Press.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE; Jaap. 1998. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Pub.
- CHANG, Welton; ATANASOV, Pavel; PATIL, Shefali; MELLERS, Barbara; TETLOCK, Philip. 2017. "Accountability and Adaptive Performance Under Uncertainty: A long-term view." **Judgment and Decision Making** 12 (6): 610-626.
- DAHL, Robert. 1957. "The Concept of Power." **Behavioral Science** 2 (3): 201– 15.
- DIGESER, Peter. 1992. "The Fourth Face of Power." **Journal of Politics** 54 (4): 977–1007.
- FARNHAM, Barbara. 1994. **Avoiding Losses/Taking Risks: Prospect Theory and International Conflict**. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- GIGERENZER, Gerd; SELTEN, Reinhard. 2001. **Bounded Rationality: the adaptive toolbox**. Cambridge: MIT Press.

- GIGERENZER, Gerd. 2001. "The Adaptive Toolbox." In: GIGERENZER, Gerd; SELTEN, Reinhard. **Bounded Rationality: the adaptive toolbox**. Cambridge: MIT Press.
- GIGERENZER, Gerd. 2004. "Fast and Frugal Heuristics: The Tools of Bounded Rationality." In: KOEHLER, Derek; HARVEY, Nigel. **Blackwell Handbook of Judgement and Decision Making**. Oxford: Blackwell Publishing.
- GIGERENZER, Gerd. 2015. **Simply Rational: decision making in the real world**. Oxford: Oxford University Press.
- GIGERENZER, Gerd; GAISSMAIER, Wolfgang. 2011. "Heuristic Decision Making". **Annual Review of Psychology** 62 (1): 451-482.
- GUZZINI, Stefano. 2013. **Power, Realism and Constructivism**. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- HAAS, Ernst. 1990. **When Knowledge is Power: Three Models of Change in International Organizations**. Berkeley: University of California Press.
- HAFNER-BURTON, Emile; HUGHES, D. Alex; VICTOR, David. 2013. "The Cognitive Revolution and the Political Psychology of Elite Decision Making." **Perspectives on Politics** 11 (2): 368-386.
- HAYWARD, Clarissa. 1998. "De-Facing Power." **Polity** 31 (1): 1-22.
- HE, Kai; FENG, Huiyun. 2013. **Prospect Theory and Foreign Policy Analysis in the Asia Pacific: Rational Leaders and Risky Behavior**. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- HOLSTI, Kalevi. 1964. "The Concept of Power in the Study of International Relations." **Background** 7 (4): 179-94.
- KATZENSTEIN, Peter; SEYBERT, Lucia. 2018. "Protean Power and Uncertainty: Exploring the Unexpected in World Politics." **International Studies Quarterly**, 62 (1): 80-93.
- KAHNEMAN, Daniel. 2012. **Rápido e Devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva.
- KAHNEMAN, Daniel; KLEIN, Gary. 2009. "Conditions for Intuitive Expertise: a failure to disagree." **American Psychologist** 64 (6): 515-526.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. 2012. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Nova Iorque: Longman, 4ª Ed.
- KEOHANE, Robert. 1984. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press.
- KLEIN, Gary. 1998. **Fontes do Poder: o modo como as pessoas tomam decisões**. Lisboa: Instituto Piaget.

- LAKE, David. 2013. "Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations." **European Journal of International Relations**, 19 (3): 567-87.
- LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. 1998. **Poder e Sociedade**. 2ª ed. Brasília: Unb.
- LEVY, Jack S. 1994. "Learning and Foreign Policy: Sweeping a Conceptual Minefield." **International Organization** 48 (2): 279-312.
- LEVY, Jack S. 1997. "Prospect Theory, Rational Choice, and International Relations." **International Studies Quarterly** 41 (1): 87-112.
- LUKES, Steven. 2006. **Power: A Radical View**. 2nd ed. New York: Palgrave.
- MCDERMOTT, Rose. 1998. **Risk-Taking in International Politics: Prospect Theory in American Foreign Policy**. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- MEARSHEIMER, John. 2001. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton.
- MERCER, Jonathan. 2005. "Rationality and Psychology in International Politics." **International Organization** 59 (1): 77-106.
- MINTZ, Alex. 2007. "Behavioral IR as a Subfield of International Relations." **International Studies Review** 9 (1): 157-157.
- MORGENTHAU, Hans. 2003. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Unb.
- NYE, Joseph. 2012. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá.
- OPPENHEIMER, Daniel. 2003. "Not So Fast! (And Not So Frugal!): rethinking the recognition heuristic." **Cognition** 90: B1-B9.
- PETERSON, Martin. 2009. **An Introduction to Decision Theory**. Cambridge: Cambridge University Press.
- RATHBUN, Brian. 2007. "Uncertainty About Uncertainty: Understanding the Multiple Meanings of a Crucial Concept in International Relations Theory." **International Studies Quarterly** 51 (3): 533-57.
- REITER, Dan. 1996. **Crucible of Beliefs: learning, alliances, and world wars**. Ithaca/Londres: Cornell University Press.
- RUSSELL, Bertrand. 2004. **Power: A new social analysis**. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- SALAS, Eduardo; KLEIN, Gary. 2001. **Linking Expertise and Naturalistic Decision Making**. New York: Psychology Press.

- SHAFFER, Gregory. 2005. "Power, Governance and the WTO: a comparative institutional approach." In: BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 130-160.
- SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter. 2010. "Analytic Eclecticism in the Study of World Politics: Reconfiguring Problems and Mechanisms across Research Traditions." **Perspectives on Politics** 8 (2): 411-31.
- SIMON, Herbert. 1953. "Notes on the Observation and Measurement of Political Power." **The Journal of Politics** 15 (4): 500-16.
- SIMON, Herbert. 1955. "A behavioral model of rational choice." **The Quarterly Journal of Economics** 69 (1): 99-118.
- SIMON, Herbert. 1956. "Rational Choice and the Structure of the Environment." **Psychological Review** 63 (2): 129-138.
- SIMON, Herbert. 1972. "Theories of Bounded Rationality." In: McGUIRE, C.B.; RADNER, Roy. **Decision and Organization**. North-Holland Publishing Co.
- SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. 1956. **Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics**. Princeton: Center of International Studies.
- SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. 1957. "Environmental Factors in the Study of International Politics." **Journal of Conflict Resolution** 1 (4): 309-328.
- STEINBRUNER, John. 2002. **The Cybernetic Theory of Decision: New Dimensions of Political Analysis**. Princeton: Princeton University Press.
- TETLOCK, P. E. 1999. "Theory-driven reasoning about plausible pasts and probable futures in world politics: Are we prisoners of our preconceptions?" **American Journal of Political Science** 43 (2): 335-366.
- TODD, Peter. 2001. "Fast and Frugal Heuristics for Environmentally Bounded Minds." In: GIGERENZER, Gerd; SELTEN, Reinhard. **Bounded Rationality: the adaptive toolbox**. Cambridge: MIT Press.
- TODD, Peter; GIGERENZER, Gerd. 2012. **Ecological Rationality: Intelligence in the World**. Oxford: Oxford University Press.
- VAN HAM, Peter. 2010. **Social Power in International Politics**. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- WALKER, Stephen; MALICI, Akan; SCHAFER, Mark. 2011. **Rethinking Foreign Policy Analysis: States, Leaders and the Microfoundations of Behavioral International Relations**. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- WALTZ, Kenneth. 1979. **Theory of International Politics**. Berkeley: University of California.

WEBER, Max. 2004. **Economia e Sociedade**. Vol. 1 e 2. Brasília: UnB.

WENDT, Alexander. 1992. "Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics." **International Organization** 46 (2): 391-425.

WENDT, Alexander. 1999. **Social Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em: outubro/2018.

Aprovado em: junho/2019.